CARTA DE GOIÂNIA 2024

O 19º Seminário Nacional de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEn), o 16º Simpósio Nacional de Diagnóstico de Enfermagem (SINADEn) e o 4º Colóquio Brasileiro de Enfermagem em Saúde Mental (CoBESM) foram promovidos pela Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e realizados de forma integrada pela ABEn Seção Goiás, no período de 11 a 14 de novembro de 2024, no formato presencial, na cidade de Goiânia.

Os três eventos contaram com uma programação diversificada, na qual destacaram-se a Tenda Paulo Freire, o 4° Encontro de Escolas e Coordenadores de Cursos de graduação, o 4º Encontro de Escolas Técnicas, o 7º Encontro Nacional das Licenciaturas em Enfermagem e o 1º Encontro de Técnicos e Auxiliares de Enfermagem. Este último, que teve como tema "Processo de Trabalho e Competências: limites e formação", constituiu-se em um marco político e organizativo para a ABEn. Destaca-se que esses trabalhadores representam a maioria da força de trabalho do setor saúde. O Encontro resultou na constituição do Comitê de Técnicos e Auxiliares da ABEn, com o objetivo de contribuir para as agendas e ações da entidade, buscando qualificar a formação e o processo de trabalho da enfermagem na atenção à saúde da população.

Os eventos, que aconteceram de forma integrada, reuniram 1300 participantes, entre pesquisadores de todas as regiões do Brasil e, ainda, de Portugal, Espanha, Chile, Uruguai e Colômbia, representantes da área de Enfermagem da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), representantes da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE), da Executiva Nacional dos Estudantes (ENEEnf), além de gestores/as do Sistema Único de Saúde (SUS) e de diversos tipos de serviços de saúde e instituições de ensino, enfermeiros/as que atuam no ensino e na atenção à saúde, técnicos/as em enfermagem, estudantes de cursos técnicos de nível médio, de graduação e de pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu*, e profissionais de áreas afins, representantes do movimento de educação popular e lideranças de movimentos sociais.

Em uma ambiência plural e diversa, foram reafirmados o compromisso da enfermagem e sua defesa em prol do Estado democrático de direito, da justiça social, da valorização e a emancipação dos saberes, da atenção integral à saúde, do SUS universal,

público, estatal e equânime, da formação emancipadora no e para o SUS, do exercício profissional seguro, da consolidação das bases científicas da profissão, do desenvolvimento de inovações tecnológicas e sociais, com vistas à diminuição de assimetrias e iniquidades em saúde, no mundo do trabalho e nos espaços formação.

O tema central **"Qualidade da formação e prática em enfermagem: identidade profissional, inovação, diversidade e bem viver"** partiu da premissa de que o cuidado, a formação, a pesquisa, a gestão e a formulação de políticas são dimensões indissociáveis da profissão e com interdependência profunda. O mesmo foi desenvolvido em quatro eixos: I - Novas formas de ensinar e aprender voltadas à qualidade da formação e da consolidação da identidade profissional na perspectiva crítica, reflexiva e política; II- Consolidação do campo profissional, aperfeiçoamento e inovação na assistência orientada pelo processo de enfermagem nos diferentes níveis de atenção à saúde; III-Processos de trabalhar e de educar em enfermagem, demandas para o bem viver e a saúde mental e IV-Desafios e perspectivas para a construção do futuro da formação e da prática profissional.

Nas diversas atividades que compuseram o 19º SENADEn, foram debatidos temas considerados prioritários e os desafios da educação profissional técnica de nível médio, do ensino da graduação, da pós-graduação *lato sensu,* incluindo a modalidade residência, e da pós-graduação *stricto sensu*. Discutiu-se sobre a mercantilização da educação, com ampliação vertiginosa da oferta de cursos privados, inclusive na modalidade EAD, na educação profissional, graduação e especialização, atendendo a interesses de mercado que nem sempre guardam relação com o compromisso da enfermagem e defesa do SUS e do direito à saúde. Portanto, enfatizou-se como necessária a garantia de formação na modalidade presencial com práticas e estágios no âmbito do SUS.

Também foram alvo dos debates temas essenciais e estratégicos que contextualizam as demandas político-sociais, culturais, tecnológicas e do processo de trabalho em saúde e enfermagem, tais como: inclusão e diversidade, interprofissionalidade, saúde digital e educação popular em saúde. Defende-se que a formação de futuros/as enfermeiros/as e técnicos/as deve integrar uma visão global e inclusiva, considerando a diversidade cultural, as iniquidades sociais, e as diferentes perspectivas de cuidado com o corpo, saúde mental e bem viver, e que também considerem questões como o envelhecimento populacional e efeitos climáticos que trarão implicações diretas e indiretas sobre a saúde pública e exigirá respostas mais amplas e especializadas da enfermagem.

Mais especificamente nas discussões sobre a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) foi salientada a necessidade de projetos político-pedagógicos comprometidos com os princípios do SUS. Na ocasião, foi lançado o caderno "Diretrizes e Orientações para Formação do Técnico em Enfermagem"[1] - resultado de projeto de cooperação técnica entre a ABEn, o Ministério da Saúde, a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e o Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/CEPESC/UERJ. Com relação à docência na EPTNM em enfermagem, defendeu-se a valorização das licenciaturas e a possibilidade de formação para graduados/as não licenciados/as (bacharéis), e ainda, o necessário investimento em política de valorização do trabalho docente nas escolas técnicas, e no enfrentamento da precarização. Tais aspectos da formação foram considerados fundamentais para a valorização do trabalho dos/as técnicos/as e auxiliares em enfermagem, potencializando sua inserção nas equipes de saúde, de modo que eles possam participar ativamente das tomadas de decisões.

No âmbito do ensino da graduação, um dos pontos de destaque foram as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), aprovadas em 03 de julho de 2024 pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que aguardam homologação pelo Ministério da Educação (MEC). Foram discutidos desafios, expectativas e estratégias para a implementação dessas diretrizes, sendo enfatizado o compromisso político da ABEn nesse processo.

No que tange à especialização, foi reiterada a importância da modalidade de residência tanto para a qualidade do cuidado no atendimento às necessidades de saúde da população e para o fortalecimento do SUS, quanto para a formação no âmbito das especialidades, inclusive como possibilidade de ampliação do escopo de práticas da(o) enfermeira(o) no Brasil. Foi, ainda, salientada a problemática da ausência de regulamentação dos cursos de especialização em saúde no país, bem como da fragilidade da regulação do exercício profissional das especialidades. Nesse aspecto, também foram discutidas as contradições que envolvem o reconhecimento dessas qualificações no âmbito das carreiras, em que muitas vezes a especialização e a residência são tidas como equivalentes.

[1]Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/tecnico_enfermagem_diretrizes_orientacoes_formacao.pdf

Em relação à pós-graduação *stricto sensu*, foram debatidas questões sobre a necessidade de priorização da produção acadêmica de impacto científico e social, e os desafios para avançar em modelos de avaliação que privilegiem a análise do impacto dessas pesquisas para a sociedade. Também foram abordados o enfrentamento ao produtivismo acadêmico e suas nefastas consequências para a produção de conhecimento, a formação na pós-graduação, o processo de trabalho e a saúde dos docentes e discentes.

Nas atividades do 16º SINADEn, foram enfatizados os avanços e desafios relativos às pesquisas sobre o processo de enfermagem, teorias e terminologias, e sua contribuição para a qualificação do cuidado de enfermagem à população. Foi destacada a contribuição da informática em saúde na evolução das terminologias de enfermagem e do processo de enfermagem no Brasil, e reafirmada a importância estratégica da participação ativa da enfermagem na transformação digital para melhorar o acesso da população à assistência à saúde, inclusive no que tange à aplicativos móveis e telessaúde.

Nas reuniões da Comissão Permanente de Sistematização da Prática de Enfermagem da ABEn (COMSISTE-ABEn) e da Rede de Pesquisa em Processo de Enfermagem (REPPE), foi reafirmada a importância do SINADEn como espaço qualificado para o compartilhamento e troca de conhecimento, amadurecimento científico da profissão, fortalecimento do corpo social da enfermagem na implementação do processo de enfermagem e na superação dos desafios no âmbito da prática e da formação.

O 4º CoBESM reiterou o compromisso da Enfermagem com a Reforma Psiquiátrica e com a Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, destacando a necessidade de priorizar o cuidado à saúde mental e o bem-estar das equipes de enfermagem, pilares fundamentais para uma assistência humanizada e de qualidade. Os participantes denunciaram os retrocessos no âmbito da saúde mental, reafirmando a imprescindível atuação da Enfermagem na luta antimanicomial e na consolidação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), eixos essenciais para a garantia de direitos e cuidado em liberdade. Ademais, reconheceu-se que a pressão por produtividade, impulsionada pela mercantilização da educação e da saúde, aliada à precarização das condições de trabalho, tem gerado impactos graves na saúde dos/as profissionais. Esse cenário se agrava ainda mais

diante do aumento da carga de trabalho e da complexidade dos cuidados, refletindo a urgência de repensar modelos que priorizem essas especificidades.

A Tenda Paulo Freire reafirmou-se como espaço político, dialógico, democrático, de reconhecimento da diversidade e de emancipação, pautada na articulação de saberes científicos e populares, na diversidade dos sujeitos e sua cosmovisão. Nela foram vivenciadas diferentes ações educativas, lúdicas e práticas de cuidados por meio de rodas de conversa em expressões diversas da arte popular, com abordagem problematizadora e participativa, apoiadas na epistemologia de Freire e nas premissas da Educação Popular em Saúde. Deu-se a construção coletiva de saberes, valorizando múltiplas formas de diálogo entre os atores individuais e coletivos que expressaram seus pensamentos vinculados a cultura regional e a ancestralidade, contemplando a cosmovisão na educação e na saúde para integrar uma proposta que contribua com os processos de formação em Enfermagem.

Os eventos reiteraram o posicionamento da enfermagem como uma força ativa e política na defesa de um SUS inclusivo e na resistência contra modelos econômicos que negligenciam a saúde pública. A ABEn reafirma seu compromisso com uma formação transformadora, orientada para o bem viver e a promoção de práticas que valorizem a vida em todas as suas formas, humanas e não humanas, em um contexto de profundas mudanças políticas, econômicas e ambientais.

Nesse contexto de debates intensos, profundos e comprometidos com a Enfermagem, emergiram as seguintes recomendações:

Para gestores/as e formuladores/as de políticas públicas na área da educação

- Publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem, já aprovadas em 03 de julho de 2024 pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação;
- Garantia, nos instrumentos normativos, do ensino presencial como única modalidade para a graduação em enfermagem e cursos técnicos em enfermagem;
- Incorporação, nos respectivos planos de gestão, da oferta de cursos de acordo com necessidades regionais e da formação de enfermeiros/as e de técnicos/as em enfermagem comprometidos com o SUS enquanto projeto ético-político da saúde;

- Elaboração de política de formação de professores/as para a EPTNM em enfermagem, com a participação das licenciaturas no processo de discussão e proposição;
- Investimento em política de desprecarização do trabalho docente nas escolas técnicas;
- Estabelecimento de regulamentação específica, de âmbito nacional, para os cursos de especialização na área da saúde.

Para gestores/as e formuladores/as de políticas públicas na área da saúde

- Aumento de vagas nos cursos de residência, com políticas de fixação dos concluintes na Rede de Atenção à Saúde e maior valorização da formação em nível especialização, na modalidade de residência, nos concursos e processos seletivos;
- Fortalecer a formação em nível de especialização articulada com provimento e fixação de profissionais em regiões com menor densidade de profissionais e ampliação de oferta de atualizações e aperfeiçoamento, de acordo com necessidades locorregionais;
- Estabelecimento de Políticas Públicas de Saúde que considerem os diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem no planejamento e avaliação do cuidado em saúde e que orientem a adequação da força e carga de trabalho do pessoal de enfermagem que permitam o uso dos mesmos;
- Criação de estratégias indutoras da pesquisa em diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem, eficácia do processo de enfermagem e sistemas eletrônicos de informação que permitam a comunicação do processo de trabalho da enfermagem, e diretrizes para a investigação, desenvolvimento e uso seguro de sistemas clínicos e algoritmos de predição baseados em inteligência artificial;
- Estabelecimento de diretrizes para a produção e uso de sistemas clínicos que sustentam a operacionalização do processo de enfermagem, garantindo a segurança dos dados e teste de modelagem de algoritmos de predição baseados em inteligência artificial;
- Implantação de políticas que incorporem diferentes abordagens, cosmovisões e formas de cuidar da saúde, numa perspectiva dialógica, inclusiva e democrática como caminho para relações respeitosas, fundamentais para promover direitos e a humanização nos diferentes níveis de atenção à saúde e o fortalecimento do SUS;

- Desenvolvimento e implantação de políticas de regulação para uso seguro de inteligência artificial em serviços de saúde, incentivo à formação crítica de enfermeiros/as para o campo das tecnologias e informática em saúde e investimento em soluções de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que permitam a interoperabilidade de sistemas;
- Formulação de Políticas Públicas com ênfase na necessidade de práticas que respeitem a singularidade dos usuários/as e ampliem o acesso a serviços substitutivos da RAPS;
- Capacitação ética e eficaz de profissionais de enfermagem, no contexto da Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, integrando diferentes visões e práticas no cuidado e a necessidade de ampliação das pesquisas de enfermagem nessa temática.

Para a ABEn

- Desenvolvimento de uma agenda permanente de encontros para promover um movimento de esclarecimento e construção de caminhos coletivos possíveis no processo de acompanhamento da implementação das novas DCN para a graduação e das orientações e diretrizes para a formação de técnicos de enfermagem, intensificando a discussão propositiva do processo formativo;
- Consolidação do Comitê de Técnicos/as e Auxiliares da ABEn;
- Reafirmação da centralidade do Processo de Enfermagem e do raciocínio clínico como elementos essenciais para a prática de enfermagem, articulando-os aos sistemas de linguagens padronizadas e às teorias de enfermagem, buscando a incorporação de seus elementos nos sistemas nacionais de informação em saúde;
- Promoção de debates sobre as propostas aqui elencadas visando sua implementação em todo o território nacional.

Para as instituições de ensino

- Compromisso com a formação emancipadora, no e para o SUS, na modalidade presencial;
- Investimento na criação/ consolidação, de forma crítica, de um ecossistema de inovação no ambiente acadêmico e disseminação de tecnologias inovadoras já disponíveis para a formação e para o cuidado em saúde;

- Abordagem do movimento decolonial nas formações como possibilidade para libertação da forte imposição cultural, econômica e de conhecimento racista e sexista;
- Adoção da premissa de formação contínua em abordagens inclusivas e interseccionais, preparando os/as profissionais para lidarem com a diversidade, considerando os saberes e culturas dos povos em seus territórios, construídos em uma perspectiva dialógica, participativa, inclusiva, antirracista, antimachista, de respeito aos direitos humanos e democrática;
- Revisão dos projetos políticos pedagógicos de cursos para atendimento das novas DCN a partir de sua publicação;
- Adoção e implementação das Diretrizes e orientações curriculares para a formação de Técnicos de Enfermagem, publicadas em 2025, contemplando projetos político-pedagógicos comprometidos com os princípios do SUS;
- Valorização das atividades práticas nos processos de formação em uma perspectiva crítica e interprofissional;
- Inclusão e valorização do Processo de Enfermagem, raciocínio clínico, pensamento crítico, sistemas de linguagem padronizadas e teorias de enfermagem como eixos transversais no ensino de enfermagem (técnico, graduação, especialização e residência multiprofissional), para fortalecer a identidade profissional na prática interdisciplinar/interprofissional;
- Desenvolvimento de pesquisas sobre a identidade do enfermeiro/a como profissional no campo da saúde mental, suas interfaces com a gestão e os processos de trabalho.

Para instituições de saúde

- Criação de oportunidades e espaços de discussão da prática profissional, com participação efetiva da enfermagem;
- Consolidação da política de educação permanente dos/as trabalhadores/as de enfermagem na instituição, com vistas ao desenvolvimento de competências considerando a especificidade, a complementaridade e o compartilhamento de ações com outros/as profissionais de saúde;

- Promoção de educação permanente voltada para o desenvolvimento de competências para o raciocínio clínico de enfermagem, para uso do processo de enfermagem e dos sistemas de linguagem padronizada, pautados em teorias de enfermagem;
- Promoção e consolidação da identidade da(o) enfermeira(o) de saúde mental, destacando suas interfaces com a gestão e os processos de trabalho multiprofissional;
- Engajamento na criação de uma ambiência e condições que favoreçam a utilização do processo de enfermagem como eixo estruturante do cuidado e seu devido registro;
- Desenvolvimento de esforços para garantir a implementação de programas de saúde mental no ambiente de trabalho, com ações para reduzir o estresse ocupacional, prevenir o *burnout* e promover espaços de diálogo e apoio mútuo, fortalecendo uma cultura de cuidado coletivo;
- Utilização de indicadores gerados pela aplicação do processo de enfermagem na gestão do serviço de enfermagem e avaliação da qualidade da assistência;
- Participação ativa de técnicas/os em enfermagem nos espaços de discussão da formação e do escopo da sua prática, bem como da regulação do exercício profissional;
- Incorporação de práticas culturais como ferramentas de cuidado, promovendo o pertencimento e a construção coletiva de novas narrativas no contexto da enfermagem, inserção do legado de Paulo Freire e do movimento decolonial nos serviços de saúde;
- Ampliação do enfrentamento ao racismo, LGBTQIA+fobia, sexismo e assédios vivenciados pelos trabalhadores/as da Enfermagem, estudantes e usuários/as, bem como, o avanço do processo de terceirização/privatização do SUS;
- Defesa da agricultura familiar e dos espaços de trocas, saberes, experiências, vivências, resgate e valorização da identidade alimentar tradicional, baseada em práticas produtivas ecológicas, geracionais, regionais que evidenciem as territorialidades e a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental.

Para os/as estudantes

- Incorporar-se a comunidades de aprendizagem de Processo de Enfermagem, Teorias e Terminologias de Enfermagem;

- Participar ativamente do movimento estudantil, ocupando espaços de representação nas instâncias de tomada de decisão nas instituições formadoras e do controle social;
- Participar ativamente das discussões das DCN e do processo de sua implementação nos diferentes espaços de formação e dos movimentos sociais.

Os/As participantes reconhecem que, para convergir esforços em prol de uma agenda comum, será preciso abrir mão de interesses específicos. O evento termina com a responsabilidade de cada ator social envolvido no ecossistema da formação, do cuidar, da gestão e da pesquisa em enfermagem e saúde materializar ações capazes de criar/transformar as condições necessárias para a educação e o cuidar com qualidade e bem viver.

Goiânia, 14 de novembro de 2024.